



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



1ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0003897-03.2014.8.17.0000 (0333041-8)

EMBARGANTE: SUL AMÉRICA CIA NACIONAL DE SEGUROS

EMBARGADOS: JOSÉ AERCIO DA SILVA E OUTROS

RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TENTATIVA DE REEXAME DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. SEGURO HABITACIONAL. COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DA AÇÃO DA JUSTIÇA ESTADUAL. MERA REPETIÇÃO DE ARGUMENTOS DOS RECURSOS ANTERIORES. PREQUESTIONAMENTO. MATÉRIA JÁ DECIDIDA E ANALISADA POR ESTA CÂMARA.

1. Argumenta o embargante que o acórdão embargado é omissivo/obscuro/contraditório, pois não se manifestou acerca de pontos fundamentais da demanda, como a incidência do art. 109, I, da Constituição Federal, a Lei 12.409/2011 e o julgamento dos EDcl em EDcl em REsp 1.091.393/SC, Súmula 150/STJ, bem como julgados recentes do TJPE sobre o deslocamento para Justiça Federal.
2. Ora, toda a matéria trazida a esta Egrégia Câmara foi plenamente analisada e discutida nos presentes autos, às fls. 953/961. Inclusive, sobre as específicas matérias em que supostamente houve omissão transcrevo as páginas específicas do voto em que foram analisadas, quais sejam, art. 109, I, CF, fl.956, Lei 12.409/2011 e suas atualizações, fls.957/961, Súmula 150/STJ, fl. 957.
3. Na realidade, o que se vê é que o Embargante pretende, via embargos declaratórios, rediscutir mérito da ação na contramão do que dispõe o art. 535 do CPC, o qual reza que os embargos declaratórios só se prestam para sanar obscuridade, contradição e omissão, caso essas, porventura, estejam configuradas na decisão refutada, o que não se vê no caso vertente.
4. O recurso de embargos de declaração não é meio próprio ao reexame da causa, devendo-se limitar ao esclarecimento de obscuridade, contradição ou omissão, *in casu*, inexistentes no acórdão embargado, já que toda matéria fora devidamente apreciada.
5. Acórdão Mantido. Embargos conhecidos para fins de prequestionamento, mas rejeitados à unanimidade de votos.

ACORDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração nº 0003897-03.2014.8.17.0000 (0333041-8), em que figura como embargante **SUL AMÉRICA CIA NACIONAL DE SEGUROS** e como embargados **JOSÉ AERCIO DA SILVA E OUTROS**, acordam os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 01 de julho de 2014, à unanimidade de votos, conhecer dos embargos para fins de prequestionamento, mas, quanto ao mérito, rejeitar os embargos declaratórios, tudo nos termos do voto do relator.

Recife, 01 de julho de 2014 (data da lavratura).

Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



1ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0003897-03.2014.8.17.0000 (0333041-8)

EMBARGANTE: SUL AMÉRICA CIA NACIONAL DE SEGUROS

EMBARGADOS: JOSÉ AERCIO DA SILVA E OUTROS

RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **SUL AMÉRICA CIA NACIONAL DE SEGUROS** em face do acórdão de fls. 953, julgado por esta Colenda 1ª Câmara Cível, que negou provimento, à unanimidade, ao recurso de agravo anterior.

Afirma de logo, a embargante, ter o presente recurso natureza de prequestionamento, perseguindo a reforma da decisão ora vergastada, alegando novamente ser incompetente esta justiça estadual para julgar ações que versam sobre seguro habitacional.

Argumenta o embargante que o acórdão embargado é omissos/obscuro/contraditório, pois não se manifestou acerca de pontos fundamentais da demanda, como a incidência do art. 109, I, da Constituição Federal, a Lei 12.409/2011 e o julgamento dos EDcl em EDcl em REsp 1.091.393/SC, Súmula 150/STJ, bem como julgados recentes do TJPE sobre o deslocamento para Justiça Federal.

É o relatório. Passo a votar.

De logo, ressalto que toda a matéria trazida a esta Egrégia Câmara foi plenamente analisada e discutida nos presentes autos, às fls. 953/961. Inclusive, sobre as específicas matérias em que supostamente houve omissão transcrevo as páginas específicas do voto em que foram analisadas, quais sejam, art. 109, I, CF, fl.956, Lei 12.409/2011 e suas atualizações, fls.957/961, Súmula 150/STJ, fl. 957.

Na realidade, o que se vê é que o Embargante pretende, via embargos declaratórios, rediscutir mérito da ação na contramão do que dispõe o art. 535 do CPC, o qual reza que os embargos declaratórios só se prestam para sanar obscuridade, contradição e omissão, caso essas, porventura, estejam configuradas na decisão refutada, o que não se vê no caso vertente.

Ora, toda matéria devolvida a este Tribunal por meio do recurso de embargos de declaração interposto pela Embargante foi devidamente examinada e fundamentada, conforme restou expresso na decisão embargada, bem como em sede de recurso de agravo, o qual foi improvido à unanimidade.

Trata-se de recurso de embargos de declaração que constitui mera repetição do recurso anterior, já enfrentado pela câmara e devidamente julgado, inclusive rebatendo os mesmos pontos levantados no presente recurso.

Percebe-se, assim, que o embargante visa impedir o trânsito em julgado da decisão combatida, haja vista reiterar os mesmos argumentos, em sede de agravo, já decidido por esta câmara, e embargos de declaração.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Foriseca de Sena



Frise-se que os embargos declaratórios não têm condão de modificar decisão de mérito ou mesmo contemplar novos argumentos não devolvidos ao Juízo *ad quem* em sede de recurso de apelação.

Sobre as demais alegações, afirmo que esta Corte não é obrigada a se pronunciar sobre todas as questões suscitadas pelo Embargante, mormente quando decidiu com fundamentos suficientes para esgotar os aspectos jurídico-processuais da demanda. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, colhem-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE.

1. A Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o magistrado não está obrigado a se pronunciar sobre todas as questões suscitadas pela parte. Precedentes.
2. Não ocorrentes as hipóteses insertas no art. 535 do CPC, tampouco equívoco manifesto no julgado recorrido, não merecem acolhida os embargos que se apresentam com nítido caráter infringente, onde se objetiva rediscutir a causa, já devidamente decidida.
3. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no REsp 472172/MG, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 15/06/2004, DJ 01/07/2004 p. 202)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO JULGADO. PRETENSÃO INFRINGENTE DESVINCULADA DA PREVISÃO CONTIDA NO ART. 535, II, DO CPC.(...).

4. Reiteração de razões jurídicas que já obtiveram análise específica por esta Corte quando do julgamento do apelo raro.
Pretensão infringente que não se coaduna com a função processual específica dos embargos de declaração.
5. O fato de outras decisões proferidas por este Tribunal terem analisado questões supostamente idênticas a dos autos não me obriga a apreciar a demanda sob o prisma pretendido pela embargante, ao passo que a singularidade de cada caso concreto é que dará suporte ao convencimento do julgador para fundamentar sua decisão.
6. Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no REsp 852968/DF, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/12/2006, DJ 01/02/2007 p. 436)

Desta feita, não existe, no caso em comento, vícios atacáveis no acórdão por meio de embargos, mesmo que o enfrentamento tenha sido para fins de pré-questionamento.

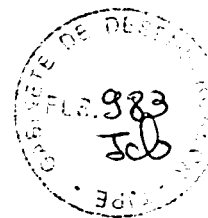
Logo, assumindo, então, um cunho meramente integrativo, é descabido, em tese, em sede de embargos, o efeito modificativo, ou infringente, tanto para substituir o provimento por outro mais favorável ao embargante, quanto para ampliar o seu âmbito.

Com essas considerações, fica claro que não há omissão nem contradição nem obscuridade a sanar na decisão vergastada.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



Portanto, com fundamento no art. 557 do CPC c/c 74, VIII do Regimento Interno deste Tribunal, conheço para fins de prequestionamento, porém, rejeito os embargos de declaração interpostos.

É como voto.

Recife, 03 de setembro de 2014.

Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator